

Livro nº. 6

Folha 3

*Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves*



# **MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO**

**QUADRIÉNIO 2009/2012**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
2010/11/29**

*Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves*

página, onde consta a votação da acta da reunião deste órgão. Nessa acta deveria estar referida a razão que levou o Senhor Deputado a votar contra à mesma, o que não acontece. Posta à votação, a acta foi aprovada por unanimidade. -----

----- Iniciado o período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que este comunicasse à Assembleia os assuntos que lhe parecessem importantes ou oportunos para conhecimento e análise deste órgão. Assim, o Senhor Presidente da Câmara colocou à consideração da Assembleia Municipal dois assuntos: a "Auditoria efectuada às Contas do Município", cujas conclusões constam num documento fornecido a todos os presentes, com informação sobre a certificação das contas e a síntese da auditoria efectuada às Contas do Município relativamente ao ano de dois mil e nove, e o processo de instalação do hipermercado "Intermarché" na Vila de Terras de Bouro. Sobre o primeiro assunto, o Senhor Presidente fez uma apresentação das conclusões do relatório da auditoria, referindo que este documento irá proporcionar uma gestão mais rigorosa do Município, sobretudo no que concerne à contratação pública, de acordo com a legislação em vigor. De seguida, o Senhor Presidente apresentou e esclareceu um documento da Divisão Administrativa e Financeira (DAF) do Município, que também consta dos documentos distribuídos no início desta reunião, sobre algumas situações apontadas no relatório da auditoria. O Senhor Presidente referiu também que a auditoria identificou a existência de um processo pendente em Tribunal contra o Município cuja autora é a empresa Domingos da Silva Teixeira S.A., a respeito da construção do "Regadio de Infesta", e que esta empresa exige o pagamento de 256.856,00 € por obras não previstas. A propósito desta situação, o Senhor Presidente lamentou que tivesse sido a auditoria a informá-lo deste processo judicial, que desconhecia de todo, e que transitou do Executivo anterior. O Senhor Presidente informou ainda que a auditoria teve um custo de cerca de 10.000,00 €, mas não foi um gasto em vão, pois clarificou a situação financeira do Município no final do ano de dois mil e nove e as indicações e sugestões do relatório dessa auditoria levarão o Município a economizar muito dinheiro e a actuar de acordo com a lei. -----

Sobre o processo da instalação do hipermercado "Intermarché" na Vila de Terras de Bouro, o Senhor Presidente informou que o Executivo em Permanência propôs ao Intermarché o aluguer do actual espaço de estacionamento dos autocarros para parque de estacionamento dos clientes desse hipermercado, por um período de vinte anos e uma renda total de 150.000,00 €, proposta que não foi aceite pelo promotor do hipermercado, que referiu não ter interesse no aluguer do espaço, mas sim na sua

*Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves*

frente ao museu de Vilarinho da Furna, no Campo do Gerês, se vai concretizar. -----  
A intervenção seguinte foi do Senhor Deputado Óscar Rodrigues que começou por lamentar as intempéries que têm assolado o Concelho nos últimos dias. Depois referiu-se ao processo "Intermarché" para salientar que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha sido mandatado por esta Assembleia para resolver esse processo da forma que considerasse mais útil para o Município e, por isso, não vê motivo para que o Senhor Presidente esteja a interpelar novamente a Assembleia Municipal sobre este assunto. Contudo, como o assunto volta a merecer a opinião desta Assembleia, no seu entender a venda de um espaço municipal deve ser muito bem ponderada, mas insiste que cabe ao Senhor Presidente da Câmara e ao Executivo Municipal encontrar a solução mais adequada. A propósito, lembrou que é preciso salvaguardar a entrada de camiões para o posto de combustíveis que se encontra nas imediações do futuro Intermarché. Continuando a sua intervenção, e sobre a auditoria efectuada às contas do Município relativas ao ano de dois mil e nove, gostaria de saber se havia pareceres do Tribunal de Contas sobre as contas do Município e questionou se a auditoria foi realizada por duvidar da honestidade do Executivo anterior. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a responder a este primeiro grupo de questões e pedidos de esclarecimento. Em relação às questões colocadas pelo Senhor Deputado Agostinho Moura, o Senhor Presidente esclareceu que a rede de lojas interactivas de turismo é um dos assuntos que vem no Plano de Actividades para o próximo ano. É um projecto criado pela Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, em parceria com sessenta Municípios, ao qual Terras de Bouro já aderiu. O projecto tem como objectivo a criação de uma rede de lojas de turismo, no norte de Portugal e na Galiza, bem equipadas em termos informáticos de forma a prestarem informações, a qualquer hora do dia, sobre os eventos e actividades, alojamentos, restaurantes, pontos de interesse, cultura, etnografia, etc., nesta região. O projecto em Terras de Bouro terá um investimento global de 123.000,00 €, com um apoio do ON2 de 70%, o que acarretará ao Município um gasto de 36.900,00 €. Uma vez que o Turismo é um dos sectores económicos com mais relevância no Concelho, o Executivo em permanência decidiu aderir a esta parceria com a Entidade Regional do Turismo. O posto de turismo a remodelar e a ser integrado nesta rede de lojas de turismo será o de Rio Caldo. A razão que levou à selecção do Posto de Turismo de Rio Caldo prende-se com o facto deste posto se localizar numa das entradas mais movimentadas do Concelho. Quanto ao Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, o

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

----- Sobre a construção de um açude no Rio Homem, o Senhor Presidente referiu que já existe um estudo prévio para o local e que a intenção é construir um açude com cerca de 5 metros de altura de modo a formar um espelho de água com cerca de 800 metros de extensão. Neste momento, estão a ser estabelecidos contactos com as Entidades responsáveis pela emissão de pareceres (CCDRN e ICNB), mas não tem sido fácil uma aprovação rápida do projecto uma vez que o local se situa dentro da "Rede Natura 2000" e na REN. Relativamente à construção de uma variante entre a curva da "Rega" e a Vila de Terras de Bouro, o Senhor Presidente considera que será uma obra importante tendo em vista o possível alargamento da sede do Concelho, mas só quando o PDM o permitir visto que, neste momento, os terrenos estão integrados na RAN e na REN. No que se refere à Revisão do PDM, o Senhor Presidente informou que não tem novidades sobre o desenvolvimento do processo, embora saiba que a Comissão de Revisão do PDM tem solicitado várias informações e está a trabalhar nessa revisão. Sobre a construção de açudes no Rio Gerês, o Senhor Presidente concorda que tais açudes embelezariam o curso do rio e que, sendo possível uma candidatura para arranjos urbanísticos, empenhar-se-á na concretização dessa obra. A respeito do Rio Gerês, acrescentou que, no início do Verão, o Município tinha procedido à limpeza das bermas desse rio, mas pouco tempo depois já não era visível essa limpeza devido ao crescimento da vegetação. Quanto ao arranjo do espaço em frente à nascente termal, o Senhor Presidente esclareceu que esse espaço é particular, da propriedade da Empresa das Águas do Gerês, e, por isso, não caberá à autarquia intervir em terrenos particulares. -----

----- Respondendo agora ao Senhor Presidente da Junta do Campo do Gerês, o Senhor Presidente referiu que, para além do alargamento já efectuado da estrada entre o Museu de Vilarinho da Furna e a entrada da aldeia, de facto estava previsto o alargamento da curva em frente ao Museu, porque tal alargamento seria necessário para a construção de um passeio pedonal. Contudo, como foi decidido que o passeio pedonal, naquela zona, atravessasse o recinto do Museu e não ladeasse a estrada, por uma questão estética e de segurança dos peões, não foi necessário o alargamento da curva. O proprietário do terreno confinante com a estrada, que tinha autorizado o corte de cerca de um metro de terreno numa extensão de quinze metros, em troca da reconstrução de um muro em granito, já foi informado desta alteração do projecto e avançou com a reconstrução do muro. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo para salientar que a curva é muito perigosa e, embora a estrada tenha sido alargada,

*Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves*

bem como também o interesse da população e das vantagens que o mesmo proporcionará ao Concelho. -----

---- O Senhor Deputado Vítor Mendes considera que o processo vem a arrastar-se no tempo, tendo já criado algumas expectativas no Vale do Homem. Por isso, deveria ser encontrada uma solução o mais breve possível. -----

--- O Senhor Deputado Ricardo Gonçalves, Presidente da Assembleia, usou também da palavra para referir que seria importante encontrar soluções eficazes e rápidas para este processo, por ser uma mais-valia para o Concelho. Para proceder à venda de terreno do domínio público seria conveniente que a Assembleia assumisse uma posição clara, de forma a não recaírem no Presidente da Câmara as responsabilidades desse acto. Salientou que, na sua opinião, o Intermarché traz outras vantagens ao Concelho, mas com a abertura dessa superfície comercial, é certo que o comércio local e tradicional vai sentir dificuldades e para que possa ser compensado pela redução do negócio, a Câmara Municipal e a Associação Comercial de Braga deveriam apoiar os comerciantes locais na criação ou dinamização de outro tipo de comércio que lhes seja mais rentável. O Senhor Presidente da Assembleia acrescentou ainda que se a solução para o avanço do Intermarché passar pela venda do terreno, então deverá ser vendido. -----

---- Interveio de novo o Senhor Deputado Óscar Rodrigues, referindo que o Executivo foi mandatado pela Assembleia Municipal para decidir sobre este processo, por isso deve continuar mandatado e decidir pela melhor solução. -----

----- O Senhor Deputado Avelino Soares usou da palavra dizendo que, de facto, a Assembleia Municipal mandatou o Senhor Presidente da Câmara para que, no exercício das suas funções, concluísse as negociações com o Intermarché, nas condições já apresentadas anteriormente, que passava pelo aluguer do espaço. Como agora surge uma nova proposta que é a venda do terreno, isso obriga à apresentação do assunto à consideração da Assembleia Municipal, pois para uma nova situação terá de ser encontrada uma nova solução. O Senhor Avelino Soares referiu que o Senhor Presidente da Câmara apresentou agora este assunto para conhecer a opinião dos Senhores Deputados Municipais sobre a hipótese de venda, o que é uma atitude positiva e de valorização deste órgão. Na sua opinião, dado tratar-se de um negócio do interesse da população e de dinamização do Concelho, o Município deve proceder à venda do terreno, se não houver outra alternativa. -----

---- Terminada a apresentação das opiniões dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Câmara, para esclarecer a sugestão do Senhor Deputado Óscar

*Ricardo Manuel Ferraz Gonçalves*

a situação que se verifica no Concelho, por isso é necessário contactar a EDP para melhorar a sua assistência. Depois, questionou se se justifica manter o contrato de parceria com a Escola Profissional "Amar Terra Verde". Será que o Município tem alguns benefícios com esse contrato e será que é vantajoso a sua continuidade nesta altura de crise? Questionou o Senhor Deputado. O mesmo Deputado referiu que, neste momento, a autarquia não deve ter grandes benefícios com o referido contrato e, por isso, deveria ponderar e analisar se de facto o mesmo deve prevalecer. Referindo-se à auditoria realizada às contas dos Município, o mesmo Deputado referiu que o resultado da auditoria vem demonstrar que a eficiência económica da autarquia não era a melhor e considera que as recomendações e sugestões apresentadas no relatório do auditor devem ser rigorosamente seguidas. -----

--- Seguiu-se a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondoriz sobre as obras de beneficiação na Estrada Municipal de Gondoriz, Cibões e Brufe. Referiu ter sido contactado pelo Empreiteiro da obra no sentido de solicitar a autorização para a colocação do equipamento necessários à realização dos trabalhos, num espaço da Junta de Freguesia, e que não hesitou em ceder o espaço solicitado. Após a execução de um curto troço de estrada, detectou que o equipamento já foi retirado do local. Neste sentido pediu esclarecimentos sobre o que se está passar com esses trabalhos. Depois, apresentou uma questão inerente à iluminação pública na freguesia de Gondoriz. Referiu que, para além da luz pública existente já ser bastante diminuta, existem ainda várias lâmpadas fundidas, o que torna a situação ainda mais complicada. O problema já foi comunicado à EDP, que mesmo com a pressão constante das Juntas de Freguesia demora cerca de noventa dias para substituir uma lâmpada. Neste sentido, questionou se não será possível a autarquia encontrar um método mais rápido e eficaz, como a substituição das mesmas pelos electricistas da Câmara Municipal-----

Postas as questões dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente começou por responder ao Senhor Deputado Alexandre Pereira. Relativamente à opinião do Senhor Deputado sobre a auditoria realizada pelo actual Executivo, o Senhor Presidente apenas referiu que não concorda com a opinião do Sr. Deputado e que não lhe dispensa mais comentários. Sobre o PNPG, o Senhor Presidente aproveitou para manifestar o seu agrado relativamente às recomendações da Assembleia da República ao Governo, para que o novo Plano de Ordenamento do PNPG fosse suspenso e fossem ouvidas as populações da área do Parque Nacional. Relativamente ao assunto colocado pelo Senhor Deputado sobre o estado de

*Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves*

Gondoriz para o Campo do Gerês e outras localidades, onde se encontram a realizar outros trabalhos.-----

Terminado este período de respostas e esclarecimentos por parte do Senhor Presidente da Câmara, pediu o uso da palavra o Senhor Deputado Óscar Rodrigues para manifestar o agrado com a nomeação de um terrabourense, no caso o Senhor Engenheiro Armando Neves, para Segundo.º Comandante do CDOS de Braga. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente da Assembleia, Dr. Ricardo Gonçalves, para esclarecer uma situação que, embora seja de âmbito pessoal, foi assunto numa reunião da Assembleia Municipal no mandato autárquico anterior e, por isso, sente-se no direito de abordar agora o assunto neste órgão. Informou o seguinte: o Dr. António Afonso, quando era Presidente da Câmara Municipal, acusou-o judicialmente de o ter difamado numa entrevista a um jornal, em que afirmou que “o Presidente da Câmara mentia com todos os dentes que tinha na boca”. Nessa altura, o Dr. Ricardo Gonçalves era vereador da oposição. No processo que decorreu no Tribunal de Vila Verde foi-lhe aplicada uma coima de 2.500,00 € por difamação, mas recorreu para o Tribunal da Relação de Guimarães, tendo sido absolvido de todas as acusações. Para que esta Assembleia tenha conhecimento do resultado do recurso judicial, decidiu abordar este assunto. -----

----- O Dr. António Afonso, que se encontrava presente nesta reunião como vereador da oposição, pediu o uso da palavra, que lhe foi concedido, para informar que, na verdade, o processo judicial foi instaurado contra o Senhor Dr. Ricardo Gonçalves na sequência das difamações proferidas pelo mesmo na imprensa. Referiu ainda que o Dr. Ricardo Gonçalves foi condenado pelo Tribunal de Vila Verde a pagar uma coima de cerca de 10.000,00 € e não de 2.500,00 €, como acabou de referir. Acrescentou que é novidade para si que o Tribunal da Relação de Guimarães o tenha absolvido. Por isso, irá averiguar se as afirmações agora proferidas pelo Dr. Ricardo Gonçalves são verdadeiras e, se não o forem, irá exigir que o Dr. Ricardo Gonçalves lhe pague o valor sentenciado pelo Tribunal de Vila Verde. -----

----- Inteveio o Senhor Deputado Agostinho Moura para esclarecer que, efectivamente, este assunto foi abordado neste órgão há alguns anos atrás e que, nessa altura, se insurgiu contra o mesmo, uma vez que não era assunto para ser debatido ou analisado pela Assembleia Municipal, muito menos quando o visado não se encontrava presente. Por isso, considera oportuno que o Dr. Ricardo Gonçalves tivesse trazido agora este assunto a este órgão de forma a esclarecer quem esteve e continua presente nesta Assembleia. -----

*Ricardo Manuel Ferraz Gonçalves*

---- Aberto, de seguida, o período de inscrições para intervenções, pediu o uso da palavra o Senhor Deputado Américo Pereira, referindo que esta questão também pode ser vista pelo lado oposto, pois uma taxa de IRS elevada pode levar as pessoas a não se fixarem no Concelho e é necessário criar incentivos para os que ganham mais se fixem no Município. -----

---- Retorquiu o Senhor Presidente dizendo que, de facto, isso poderia acontecer se a taxa de IRS em vigor no Município fosse superior à praticada noutros Concelhos, mas isso não se verifica. Todos os concelhos, à excepção dos concelhos de Vieira do Minho (taxa de 0%), de Fafe (taxa de 3%) e de Vizela (taxa de 4,5%), têm a mesma taxa de 5% . -----

----- De seguida, e dado não existirem mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o ponto três da Ordem de Trabalhos, tendo este sido aprovado por maioria com sete abstenções. -----

No que diz respeito ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos, **“Análise e votação da Proposta sobre a Derrama”**, foi aberto o período de inscrições para intervenções, não se tendo registado qualquer pedido. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu a proposta, que fixa os seguintes valores: lançamento de uma derrama de 1,2% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e uma taxa reduzida de derrama, de 0,05%, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150.000,00. -----

---- Após a leitura do documento, colocou à votação o quarto ponto da Ordem de Trabalhos, tendo este sido aprovado por unanimidade. -----

--- No que diz respeito ao quinto ponto da Ordem de Trabalhos, **“Análise e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para 2011”**, o Senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra para proceder a uma apresentação breve do “Documento” que já havia sido remetido aos Senhores Deputados com a devida antecedência. No que se refere ao Plano de Actividades, esclareceu que o projecto da “Biblioteca Municipal” não vai avançar no próximo ano, uma vez que este exigiria ao Município um esforço financeiros de 800.000,00 € e também porque o parecer técnico municipal é desfavorável, tendo em conta o projecto e o local onde seria construído. O Senhor Presidente apresentou várias actividades que considerou significativas em diversos domínios e salientou as actividades de âmbito social. Depois, procedeu à apresentação das contas (receita e despesa) para



bastante débil, porque isso não dará bom resultado. -----

De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Óscar Rodrigues, para referir um artigo da ANMP divulgado na Comunicação Social sobre a transferência de pessoal não docente para a competência dos Municípios. Referiu também a redução da receita de transferências prevista no Orçamento do Estado para o Município de Terras de Bouro e questionou a tomada de posição do Município sobre esta redução. Concluiu que algumas obras previstas em PIDDAC, nos anos anteriores, não foram contempladas no Plano para o ano de 2011, como é o caso das obras no Centro de Saúde de Terras de Bouro, que são de carácter urgente. -----

Para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Alexandre Pereira, o Sr. Presidente comprovou o “voto de louvor” ao comportamento do funcionário do Município António Príncipe, aprovado em reunião do Executivo Municipal, mas não considerou necessário trazer esse assunto para a reunião desta Assembleia. No que se refere aos apoios sociais, o Sr. Presidente esclareceu que esses apoios são deliberados pelo Executivo Municipal, com base numa informação prestada pela equipa técnica de Acção Social do Município, após a realização de um estudo pormenorizado da situação económica, familiar, profissional, etc., do requerente. No que se refere à redução das despesas municipais propostas pelo Senhor Deputado aos Grupos Desportivos e Bombeiros, o Senhor Presidente declarou que foi ponderada a hipótese de reduzir o apoio aos Grupos Desportivos de futebol de onze, mas depois de uma análise cuidada, concluiu-se que a redução dos apoios neste momento, enquanto decorrem os campeonatos, seria inadequada uma vez que as Direcções dos clubes assumiram compromissos com os jogadores e técnicos e devem honrar. Se a Câmara Municipal reduzisse, neste momento, os apoios, seria acusada de não cumprir o que deliberou com os clubes. No final da época desportiva, a redução dos apoios será analisada. Sobre o corte do apoio aos Bombeiros, o Sr. Presidente afirmou que jamais poderia concordar com tal proposta. Sobre a questão dos “Apoios Sociais” a desempregados, proposta elaborada pelo Executivo em permanência e aprovada pelo Executivo Municipal, o Senhor Presidente esclareceu que esse apoio será atribuído a pessoas que vivem em situações de extrema necessidade, que não conseguem emprego e que não possuem condições suficientes de sustentabilidade do agregado familiar. Estas situações vão ter prioridade no critério de selecção, afirmou o Senhor Presidente. Os seleccionados irão beneficiar desse apoio social da autarquia, e em contrapartida terão de prestar serviços à

Ricardo Manuel Faria Gonçalves

Posteriormente, e dado não existirem mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o ponto quinto ponto da Ordem de Trabalhos, tendo este sido aprovado por maioria, com seis abstenções, e uma declaração de voto apresentada pela Bancada do Partido Socialista, que se anexa a esta acta.-----

**Intervenção do Público .-----**

-- Neste período, não se registaram intervenções. -----

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, eram 19:00 horas, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei.

O Presidente da Assembleia Municipal

Ricardo Gonçalves

A Secretária

Rosa Faria Gonçalves Azeiteiras

**Anexo**

**Declaração de Voto do Partido Socialista**

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

*Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves*

aspecto muito positivo destes documentos. Sem esse apoio reforçado, as instituições não conseguiriam desempenhar com eficácia as suas funções e as populações sairiam prejudicadas. Nunca, no passado, houve tanta preocupação com as nossas instituições como agora. Note-se, a título de exemplo, que no mandato autárquico anterior a Banda Musical de Carvalheira recebia de apoio municipal cerca de 500,00 € por mês. Esse valor, em 2010, passou para 1.500,00 € por mês e a partir de Janeiro de 2011 será reforçado. São medidas justíssimas que o PS concretiza e que o PSD critica.

5.º - Aplaudimos o esforço do Executivo em permanência em apresentar um orçamento rigoroso, preocupado com a necessária contenção das despesas mas, ao mesmo tempo, não esquecendo a necessária abertura aos problemas sociais, às tradições culturais, às instituições do concelho e às necessidades básicas da população. Somos de opinião que este orçamento, sendo bem concretizado, promoverá o bem-estar das populações e continuará na senda do equilíbrio financeiro do Município.

Os Deputados Municipais do Partido Socialista